

A luta contra o absurdo

A BRIU-SE na Assembléa Constituinte um fosso entre a Comissão de Sistematização, e a maioria do plenário. O fosso foi cavado por aqueles que violaram o princípio da proporcionalidade representativa no seio da Comissão.

OS JORNAIS de ontem tornam conhecido o que já se sabia. A maioria da Assembléa quer uma Constituição fundada na liberdade individual e empresarial, o progresso como fonte de igualdade e não a igualdade como fonte de miséria. O País moderado, pela voz do grupo do Centro, condenou "a atual sistemática de trabalho, subordinada a fatores casuísticos e transitórios". Essa sistemática põe a Nação sob "sério risco".

O CENTRO claramente majoritário exige revisão do texto da Comissão de Sistematização para que ele passe a representar a maioria e a retratar a sociedade moderada que elegeu a Assembléa.

A REJEIÇÃO é categórica: o País quer a redução dos "tentáculos do Estado". E isso é dito justamente quando, no mesmo dia, afrontosamente não representativa, a Comissão amplia o monopólio estatal do petróleo, discrimina contra o capital estrangeiro de forma irresponsável e culmina com a votação de dispositivos que não mais garantem constitucionalmente o direito de propriedade individual face a leis ideológicas no futuro.

FOI retirada do texto constitucional garantia essencial ao direito de propriedade da terra na questão decisiva da imissão da posse da gleba desapropriada.

O CHOQUE é visível entre a maioria signatária do manifesto em favor da sociedade livre e democrática e o texto do projeto que será levado ao plenário, de inclinação estalizante e anticapitalista. O nacionalismo majoritário no plenário não se confunde com o nacionalismo que prevalece na Comissão. O da Assembléa quer a liberdade de "investir empresarialmente, gerando frutos para os trabalhadores brasileiros, bem como para toda a nossa população".

O NACIONALISMO votado na Comissão não mais disfarça o seu anticapitalismo, o seu socialismo incipiente, dos quais resultariam privações à liberdade não só para empresas como para os sindicatos. É o nacionalismo que já foi definido corretamente como disfarce do anticapitalismo, notadamente discriminatório do capital estrangeiro.

ENFRENTAMOS a traição à representatividade para fecharmos o fosso que se abriu diante da Nação. A maioria no plenário não pretende "a substituição global do projeto". Não abre porém mão de seu direito de emendá-lo na extensão necessária para torná-lo representativo da vontade nacional.

O QUE está votado na Comissão afastou-se do País e o ameaça no próprio cerne da liberdade de criar e de produzir, ao mesmo tempo enxotando a poupança estrangeira e sujeitando a propriedade rural à ausência de garantia. Um texto casuístico que desce a detalhes regulamentares se autodenuncia faccioso e discriminatório, ao deixar de proteger a propriedade, enquanto regula assuntos situáveis no nível de portaria.

COMO diz o manifesto à Nação: "O tempo é de ação da maioria." O Brasil vive hoje na expectativa de que será respeitado pela Assembléa, na pessoa de seu Presidente, o Deputado Ulysses Guimarães.